

Reforma Administrativa

Frente Parlamentar Mista do Serviço Público protocola emenda à PEC 32

Diante de toda a desordem e autoritarismo presentes no governo federal, ainda há uma luz no fim do túnel. A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público protocolou uma emenda à PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, que reconhece as políticas sociais como atividades típicas de Estado.

O documento foi assinado pelos deputados coordenadores da Frente Rogério Correia (PT-MG), Alice Portugal (PCdoB-BA), Paulo Ramos (PDT-RJ) e Danilo Cabral (PSB-PE) e tem o objetivo de evidenciar a importância das funções estratégicas do Estado brasileiro como principal agente condutor desenvolvimento e combate às desigualdades sociais.

“A emenda não trata de quais carreiras são ou não típicas, mas da defesa do estado de bem-estar social e do dever do Estado de atuar diretamente nestas políticas – saúde, educação, previdência, assistência, cultura, com a intenção de proteger e promover dignidade ao povo”, afirmam os parlamentares no texto.

Para não permitir o avanço de propostas de desmonte, como privatizações e a terceirização do serviço público, a Frente conta com a colaboração de todos para contatar e pressionar os deputados para que assinem a emenda. Confira na íntegra: <https://bit.ly/EmendaFrente>.

Pressão sobre os parlamentares

Precisamos aumentar a pressão sobre os parlamentares. Pressione os deputados da sua região a apoiarem a assinatura da emenda à PEC 32/2020 Nº: CD212516665100, da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, dos deputados coordenadores Rogério Correia (PT-MG), Alice Portugal (PCdoB-BA), Paulo Ramos (PDT-RJ) e Danilo Cabral (PSB-PE). Todos os servidores exercem atividades típicas de Estado! No site do SINDSEP-MG você encontra todos os contatos dos deputados federais de Minas Gerais! Acesse: <https://wordpress-direta.s3.sa-east-1.amazonaws.com/sites/1749/wp-content/uploads/2021/06/02142043/DEPUTADOS-FEDERAIS-MINEIROS-CONTATOS.pdf>

Em defesa do Serviço Público! Não à Reforma Administrativa!

Reforma Administrativa estimula a corrupção no Brasil

Vimos, recentemente, dois casos de “possíveis” irregularidades envolvendo dinheiro público virem à tona por meio de denúncias feitas por servidores públicos.

No primeiro, o delegado da polícia federal Alexandre Saraiva apresentou denúncia-crime no Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 14 de abril, contra o agora ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e contra o senador Telmário Mota (PROS/RR). A acusação, que envolve três crimes (obstrução da fiscalização ambiental, advocacia administrativa e embaraço à investigação), decorreu de investigação que culminou com a apreensão de mais de R\$ 130 milhões de madeira ilegal no final de 2020. Como servidor público concursado, o delegado afirmou não temer represálias por ter estabilidade.

No segundo, após o irmão, Luis Ricardo Miranda, servidor do Ministério da Saúde, denunciar no final de junho a tentativa de superfaturamento na compra da vacina indiana Covaxin, o deputado Luis Miranda (DEM-DF) disse à CPI da COVID-19 que reviu posições passando a ser “contra a reforma administrativa porque se não fosse a estabilidade o meu irmão não estaria aqui sentado,

com a coragem que ele tem, de denunciar isso tudo que está ocorrendo. A estabilidade, para o funcionário público, é a garantia de que eles não podem ser coagidos”.

A pergunta que precisamos fazer é: se a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa, estivesse em vigor, esses episódios se tornariam públicos? Desde o envio da proposta ao Congresso Nacional, em setembro passado, o governo alardeia que a PEC não afeta os servidores atuais. Isso é falso! A reforma administrativa os impacta profundamente em, pelo menos, sete aspectos, incluindo o fim do Regime Jurídico Único (RJU) e a criação de um “regime de extinção”. Com as alterações propostas, os servidores atuais poderão ser demitidos por decisão de órgão colegiado, mesmo antes do trânsito em julgado. Para os futuros servidores, na maioria dos casos, com a criação de novos vínculos precários com a administração, não haverá estabilidade.

A PEC também autoriza expressamente, no caso dos novos cargos de liderança e assessoramento – substitutos dos cargos de direção atuais –, a demissão por razões político-partidárias, ou seja, institucionaliza a perseguição nos órgãos públicos. Esses cargos, que hoje são ocupados, em grande parte, por servidores de carreira, serão ocupados por pessoas estranhas ao serviço público, indicadas sem nenhum critério. Apenas na União os cargos de liderança e assessoramento totalizarão cerca de 90 (noventa) mil postos, podendo chegar a mais 1 (um) milhão nos três níveis de governo.

Mais ainda, a despeito da recém aprovada Lei 13.934/2019, que versa sobre autonomia e contratos de desempenho na Administração Pública, e da nova Lei de Licitações, a reforma administrativa prevê mais autonomia para os órgãos da administração na gestão e exploração de patrimônio próprio e na criação de procedimentos específicos para a contratação de bens e serviços, contribuindo para a multiplicação desordenada de submundos jurídicos, orçamentários e financeiros dentro do próprio Estado.

É por essas razões que a Nota Técnica no 69/2021 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal conclui pelo impacto fiscal adverso da PEC 32/2020, decorrência direta do aumento da corrupção em todas as esferas de governo.

Se opor ao privatismo da PEC 32/2020 não é questão apenas ideológica. Tal como desenhada, a reforma administrativa do governo Bolsonaro estimula a corrupção no Brasil, contribui para a desorganização da administração (até as escolas de governo são retiradas da Constituição Federal!) e termina por comprometer aquilo que supostamente pretende melhorar, a eficiência e integridade do gasto público bem como as entregas à população.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ANOS DE 2019/2020

Dia 16/07 - 6ª feira - às 17h (1ª Chamada) e às 18h (2ª Chamada)

SINDSEP-MG
CONDSEF - FENADSEF CUT

PARTICIPE PELO LINK:

https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_MzFkOTZhNjltYTU4ZC00MzkxLWJmZjYtYmZiZDk1NGh1NGY5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bdf4880b-8c41-4fcf-bd58-96e3fcbecbd%22%2c%22Oid%22%3a%227c2fa4d4-2409-4c8a-a7a4-1c7d26c39a95%22%7d